

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, CONTROLE E FINANÇAS DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA,**

REF: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº IL.PPSA.104/2018

Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA  
Art. 59 - A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da Licitação, **bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.**

**ALEX HASHIMURA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional do Distrito Federal, sob nº 38631/7, CNPJ nº 28.363.384/0001-26, com sede na QNE 28 Casa 19, Taguatinga Norte, CEP nº 72.125-280, Brasília/DF, e-mail: alex.jus22@gmail.com, por seu representante legal infra-assinado, vem, tempestivamente, com fulcro no artigo 20, § 1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA, e no item 16 do edital, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA**

em face do instrumento convocatório da Credenciamento nº IL.PPSA.104/2018, que tem como objeto o credenciamento de escritórios de advocacia para contratação, sob demanda, de prestação de serviços jurídicos de suporte à consultoria jurídica da PPSA para o escritório central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nos termos constantes do Edital e seus Anexos, e cujo prazo para apresentação de

Este documento foi assinado digitalmente por Alex Shinji Hashimura.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 8DB6-23CD-6217-B9B0.

propostas se encerrará 26 de outubro de 2018, às 10h:00min, pelas irregularidades abaixo indicadas.

## 1. DA TEMPESTIVIDADE

Quanto à tempestividade da presente impugnação administrativa, o parágrafo § 1º do artigo 87 da Lei nº 13.303/16 prevê o seguinte:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, **devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame**, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º.

Saliente-se que, tecnicamente, o credenciamento constitui hipótese de inexigibilidade de licitação. Contudo, diante da ausência de regulamento específico, bem como ante ao silêncio do edital publicado, adota-se, por analogia, o prazo indicado na lei para eventuais impugnações aos instrumentos convocatórios de licitações, o que resguarda os interesses de ambas as partes.

Deste modo, tendo em vista que o prazo para envio de propostas no presente credenciamento se encerrará em 26/10/2018, verifica-se o perfeito atendimento ao requisito formal relativo à tempestividade deste instrumento.

## 2. DAS PREVISÕES EDITALÍCIAS QUE DEMANDAM REPARO

Publicado o edital do certame, em que pese o esforço empreendido pela equipe responsável em sua construção, restaram identificados aspectos que carecem de análise e ajustes, a fim de tornar os termos do convocatório mais adequados aos limites legais, a saber:

### 2.1 DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO ITEM 7.1.5 E ITEM 8 DO ANEXO I DO EDITAL – NECESSÁRIA ADMISSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE SÓCIOS E ASSOCIADOS

Promovida a cuidadosa leitura do instrumento convocatório, nota-se a existência de dispositivos que demandam aos licitantes a comprovação de experiências pretéritas, através da apresentação de atestados de capacidade técnica

emitidos em favor da sociedade e/ou de seus sócios, a exemplo da redação conferida ao item 7.1.5 do edital.

7.1.5. Relativos à Qualificação Técnica

7.1.5.1. Documentos relativos à Qualificação Técnica da Proponente

Prova, através de um ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, que **comprovem que a sociedade de advogados e /ou de seus sócios** possui experiência jurídica relacionada à área de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Além do citado dispositivo, os requisitos para credenciamento indicados no item 8 do Anexo I – Termo de Referência impõem idêntica exigência, a saber:

8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

I) Experiência

Os documentos em idioma estrangeiro apresentados para qualificação do interessado deverão acompanhar sua respectiva tradução juramentada.

Essencial (sem os quais o credenciamento não será permitido):

1) Experiência comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, **em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios**. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, sediada ou não no Brasil, e devem comprovar que a sociedade de advogados e/ou seus sócios já tenha atuado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, em pelo menos 10 (dez) das 13 (treze) áreas de atuação elencadas anteriormente no item 4.

2) Experiência comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, **em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios**. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil, e cujo objeto esteja relacionado à exploração e produção de petróleo e gás natural, e devem comprovar que a sociedade e/ou seus sócios já tenha executado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada:

(...)

3) Experiência comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, **em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios**. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil, e cujo objeto esteja relacionado à exploração e produção de petróleo e gás natural, e devem comprovar que a sociedade e/ou seus sócios já tenha executado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada:

(...)

4) Experiência comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, **em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios**. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil, devem comprovar que a sociedade e/ou seus sócios já tenha executado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, os serviços da Área de Atuação 2, na forma a seguir detalhada:

(...)

5) Experiência comprovada, através de certidões em matérias de Direito Processual, **em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios**, que inclua:

(...)

IV) Secondment de Profissional

Desejável:

- Realização comprovada, através de 1 (um) ou mais Atestados ou Declarações, em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios, de Secondment de seus profissionais em empresas e/ou escritórios estrangeiros.

Ocorre que, nos atuais termos do edital, as exigências ora se mostram dissonantes em relação ao normativo e aos princípios que regem as contratações públicas, posto que tendem a distinguir atestados fornecidos em nome da pessoa jurídica daqueles emitidos em favor de pessoas físicas que integram a pessoa jurídica licitante. Nesta senda, convém invocar o conceito de direito personalíssimo, que consiste naquilo que é “intransferível e inalienável, só pode, pois, ser exercido por seu titular”.

Sob este ponto de vista, sendo a sociedade de advogados composta por pessoas físicas, os documentos técnicos capazes de comprovar a expertise dos profissionais a ela vinculados se prestam, em última análise, a comprovar seu efetivo atendimento ao quanto prescrito no edital da licitação. Por esta razão, a limitação delineada no edital do credenciamento, admitindo a comprovação de experiência somente pela apresentação de documentos emitidos em favor da sociedade e/ou de seus sócios acaba por limitar a participação de potenciais interessados, mesmo detentores da necessária qualificação técnica.

Quanto aos limites das exigências de qualificação técnica que poderão integrar os editais publicados, registre-se o disposto no artigo 59 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA:

Art. 59 - A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da Licitação, **bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.**

§1º - A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das Licitações pertinentes a Obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**§2º - É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas neste Regulamento, que inibam a participação na Licitação.**

§3º - Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o § 1º deste artigo deverão participar da Obra ou serviço objeto da Licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela PPSA.

A interpretação do Regulamento Interno da entidade promotora do credenciamento deve, pois, no que toca aos atestados de capacidade técnica, ser cautelosa, e primar pela finalidade precípua de sua exigência, qual seja evidenciar a capacidade de que o licitante e seu corpo possuem condições de prestar os serviços pretendidos pela Administração. Assim, deverá ser possível a referida comprovação através da apresentação de documentos também emitidos em favor dos profissionais associados que integram a sociedade participante do credenciamento.

Pondere-se ainda que o atestado de capacidade técnica é documento elaborado por terceiro alheio ao certame licitatório, que se destina, exclusivamente, a comprovar pretérita experiência do concorrente em atividades compatíveis com aquelas indicadas no objeto da licitação.

Corroborando com a tese ora exposta, são recorrentes as manifestações exaradas pelo Tribunal de Contas da União, que prestigia a adoção do princípio do formalismo moderado nos procedimentos de contratação pública, como se observa do Acórdão 357/2015 – Plenário, da relatoria do Ministro Bruno Dantas:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas mais simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados,

promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

De igual modo, a Jurisprudência do TRF- 2 confirma o entendimento de que a exigência editalícia não deve afastar a possibilidade de comprovação de qualificação técnica do concorrente pela apresentação de documentos emitidos em favor de quaisquer profissionais que integrem seu corpo técnico:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. INABILITAÇÃO. **EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM NOME DO LICITANTE. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO EM NOME DO QUADRO TÉCNICO.** FORMALISMO EXCESSIVO, INJUSTIFICADO, NO CASO CONCRETO. POSTULADO DA PROPORCIONALIDADE. 1) A exigência em questão diz respeito a apresentação de “ atestado de capacidade técnica, em nome da licitante” (item 7. 2 – fls. 33). O atestado apresentado, in casu, está em nome dos profissionais integrantes do quadro técnico da licitante. Em razão disso, a Autora foi inabilitada do certame. 2) **Considerando-se, a uma, que “o acervo técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos acervos técnicos dos profissionais do seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados”** (Art. 4º da Resolução CONFEA nº 317/86 – fls. 135); a duas, que restou incontroverso nos autos que a Ré já aceitou os documentos que ora rejeita em anterior concorrência; e, a três, que a proposta apresentada pela Autora foi, efetivamente, a de menor preço – diferença que, segundo alega, foi na ordem de quatro milhões de reais (fls. 500), proposta manifestamente mais vantajosa para a Administração –, a eliminação da Autora, pelo motivo exposto, revela-se manifestamente desproporcional, à luz da ponderação dos fatores envolvidos, neste caso concreto. 3) Destarte, não há que se falar, como se alegou, em ofensa aos princípios da vinculação ao edital, da legalidade, da igualdade entre os licitantes e da supremacia do interesse público, tampouco em invasão do mérito administrativo, quando evidente que a consideração desses princípios, conforme pretendido pela Apelante, não atende à diretriz metódico-ponderativa maior imposta pelo postulado da proporcionalidade, nos termos expostos. 4) Com efeito, “rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º)” [ST], REsp 797.179, DJ 7/11/06]. 5) Nego provimento ao recurso e à remessa ex officio. (TRF-2 - APELREEX: 427636 RJ 2007.51.01.031286-2, Relator: Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND, Data de Julgamento: 18/11/2008, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::02/12/2008 - Página::107).

Para além do exposto, convém rememorar a necessidade de que as contratações públicas sejam pautadas pelos valiosos ensinamentos trazidos pelos princípios administrativos que regem toda atividade do Poder Público. Neste sentido, é possível dizer que a imposição ora atacada se mostra absolutamente

dissonante em relação aos critérios de isonomia e impessoalidade que devem orientar as seleções promovidas pela Administração.

Registre-se, por oportuno, que o aspecto ora analisado foi objeto de outras impugnações apresentadas em face de instrumentos convocatórios disponibilizados por distintas entidades, ocasiões em que as manifestações foram totalmente acolhidas, pela pertinência de seus fundamentos. A título exemplificativo, tem-se o julgamento divulgado pelo SENAI, em trecho abaixo colacionado:

A vista do exposto, opino no sentido de que durante o procedimento licitatório a CPL adote linha de interpretação da subcláusula 5.1, II, "b", do edital de licitação, que admita a apresentação de atestados técnicos fornecidos para os sócios ou associados das sociedades de advogados participantes do certame, como requisito de qualificação técnica da pessoa jurídica, desde que esta comprove a condição de sócio ou associado daqueles profissionais em favor dos quais os atestados foram emitidos durante toda a execução contratual. Na hipótese de os profissionais se afastarem da sociedade, s.m.j., a requerente deve comprovar a substituição por técnico igualmente qualificado e munido do respectivo atestado.

Por fim, sugere-se a remessa do processo à CSUP para fins de ciência ao requerente e prosseguimento do processo licitatório.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018.

  
**FABIANO GONÇALVES CARLOS**  
Advogado do SENAI CETIQT  
OAB/RJ n.º 121041  
Matricula 01596

**Em face do exposto, requer, então, a modificação dos itens acima relacionados, de modo a incluir no edital a possibilidade de que a qualificação dos licitantes seja comprovada pela apresentação de atestados emitidos em nome de seus sócios e/ou associados.**

### **3. DO PEDIDO**

Pelos fundamentos aduzidos, o Impugnante requer que seja recebida e processada a presente impugnação, para ao final ser integralmente acolhida, procedendo-se a alteração do dispositivo do edital mencionados, para que:

- 1) A modificação do item 7.1.5 e do item 8 do Anexo I do edital para que seja admitida a comprovação de experiência do escritório

licitante pela apresentação de documentos emitidos em favor de seus sócios e/ou associados;

Por fim, a fim de melhor guarnecer presente manifestação, registre-se a juntada das decisões anteriormente proferidas por outras entidades licitantes, que promoveram alterações em seus editais com fundamento em impugnações de semelhante teor.

Não sendo acolhida a presente impugnação, requer seja direcionada a autoridade hierarquicamente superior para apreciação e pronunciamento, de onde se espera integral provimento, por se tratar de medida de lidima justiça.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília, 01 de outubro de 2018.

**Alex Shinji Hashimura**  
**OAB/DF nº: 52.833**

Este documento foi assinado digitalmente por Alex Shinji Hashimura.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 8DB6-23CD-6217-B9B0.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8DB6-23CD-6217-B9B0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 8DB6-23CD-6217-B9B0**



### Hash do Documento

7BFCEBD6A07B0943AF7BD142D9B31F173ECECF8CAAF9DBAC7EDEB96175DE1B4AB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/10/2018 é(são) :

☒ Alex Shinji Hashimura (Signatário) - 035.066.451-02 em  
01/10/2018 20:08 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

